

FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA
Exame escrito de História do Direito Português – Época especial-Turma C
3 de Setembro de 2024

Responda, fundamentadamente, a quatro (4) das seguintes perguntas:

1. A Justiça é simultaneamente a essência e o fim do Direito. Comente.

Aspectos a abordar: Justiça como valor basilar do Direito. A noção de justiça. Dentre as diversas acepções de justiça, podia ser explicado o conceito de justiça universal v. justiça particular, justiça comutativa, distributiva e social. A justiça como virtude. Desenvolver a ideia da justiça como origem e o fim do direito. Relação entre poder régio e justiça, a incluir sua administração no Reino. Relação entre a justiça e a lei, com a indicação dos parâmetros para considerar a justiça e a validade da lei.

2. “Penso que ninguém duvida de que a majestade real ocupa o primeiro e supremo lugar entre todas as dignidades temporais” e “o rei é no seu reino, por direito divino e humano, senhor da vida e da morte dos homens”. (Diogo Lopes Rebelo (*Do Governo da República pelo rei*, cap. III, p. 67). Comente.

Aspectos a abordar: O poder régio na Idade Média e na Idade Moderna; as teses medievais da transmissão do poder político (hierocráticas e anti- hierocráticas). Poder *in actu* e poder *in habitu*. As qualidades ou virtudes do monarca, designadamente, a prudência, a justiça, a temperança e a misericórdia. O conceito de *officium*.

3. O silogismo científico parte de premissas *verdadeiras*; o silogismo dialético de premissas opinativas, de ideias admitidas, aceites." (Espinosa Gomes da Silva (*História do Direito Português, Fontes de Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000, p. 208). Face ao exposto, como descreve a metodologia seguida pelas escolas jurisprudenciais medievais?

Aspectos a abordar: O estudo do Direito na Idade Média: o contexto europeu, as escolas medievais e o desenvolvimento do Direito Prudencial. A fundação das universidades. Caracterizar a metodologia das escolas jurisprudenciais medievais. Os elementos da *ars inveniendi*. Identificar e explicar os géneros literários mais utilizados: a glosa, o comentário e a *quaestio*.

4. O ensino do Direito em Portugal e a reforma de 1772.

Aspectos a abordar: Os Estatutos Pombalinos da Universidade de Coimbra de 1772: o contexto histórico-filosófico da reforma; os trabalhos preparatórios (a Junta de Providência Literária e a elaboração do respectivo Compêndio Histórico). As alterações introduzidas no ensino do direito, em especial a nova metodologia de ensino (sintética-demonstrativa-compendiária) e a criação de novas disciplinas (Direito Pátrio, Direito Natural e História do Direito Pátrio).

5. *"Se, efectivamente, o Príncipe não tivesse o direito de a seu arbítrio fazer leis, por cuja norma os súbditos regulassem as suas acções, como poderia (...) dirigir os seus vassallos e ajustar todas as coisas à honra e utilidade da República"* (Paschoal José de Mello Freire dos Reis, *Instituições de Direito Civil Portuguez tanto Público como Particular*, Livro I, tit. I,§III). No quadro do século XVIII, que relevância é dada à lei enquanto fonte de direito?

Aspectos a abordar: Enquadramento histórico-político e referência às principais correntes de pensamento que tiveram influência na redacção da Lei da Boa Razão. As fontes de direito. A importância da lei e da interpretação autêntica.

6. *"O direito portuguez, pobre, deficiente, casuístico, offerece-nos com tudo, no que é propriamente seu, e não filho de inspirações extra nacionaes um certo character de simplicidade, um certo fundo de bom senso e justiça que não deve perder-se nos trabalhos de uma nova codificação"* (António Luís de Seabra, *A Propriedade*, 275). Que importância teve o movimento oitocentista da codificação e de que forma veio a manifestar-se?

Aspectos a abordar: O processo de codificação: do Iluminismo ao Liberalismo. Identificar as etapas do movimento de codificação, com a explicação das causas e dos antecedentes: o positivismo jurídico, o constitucionalismo e o monopólio da lei. Identificação dos principais códigos do século XIX. O caso português.

Duração: 90 minutos

Cotações: 5 valores cada (5X4)